

Nome: João Bento Vitorino
Email: jbvitorino@gmail.com

Contributo:

Do ponto de vista conceptual a intervenção do Arq. João Paulo Bessa coloca a questão dos equipamentos desportivos de uma forma bastante clara e oportuna. No entanto, sobre este tema em geral, mas analisando a intervenção da Administração Pública, permito-me algumas observações::

A evolução da rede de equipamentos desportivos a nível nacional, nas últimas décadas, é assinalável e, diria ainda assim, admirável. E tanto mais admirável é este facto, quanto se sabe, que ficou entregue aos mais de 300 municípios, individualmente, a decisão sobre, o que e onde construir. Quanto ao financiamento, suportado em grande percentagem igualmente por aquelas autarquias, teremos que reconhecer que a administração central, usou mais o critério político-partidário, do que critérios de racionalidade e rentabilidade.

A rede de equipamentos desportivos tem crescido, sem que se conheçam níveis de planeamento diversificados - municipal, intermunicipal, regional e nacional, que imponham uma estratégia de desenvolvimento sustentável, que articulem as necessidades dos equipamentos em função das práticas desportivas existentes e das procuras potenciais, de critérios que defendam a coesão social, que garantam a sustentabilidade económica e ambiental, que respeitem os movimentos demográficos, que considerem a mobilidade e acessibilidade das populações, etc., etc.

A título de exemplo, na Área Metropolitana de Lisboa, a maior urbe portuguesa, em que os próprios Municípios têm por vezes dificuldade em reconhecer os seus limites, não existe nesta matéria, como reconheça-se em qualquer outra, qualquer esforço de planeamento intermunicipal. Desta entidade, e no que concerne ao Desporto, apenas se conhece a participação, discutível, numa Meia Maratona, e a organização de umas Acções de Formação para Técnicos(?), de currículos, no mínimo, discutíveis. Muito pouco sem dúvida!

A esta notória falta de planeamento, juntaremos, a diversidade de organismos da Administração Central que têm competências no financiamento de equipamentos desportivos, mas que se recusam a "falar" entre si, e que estão sujeitos - e se sujeitam - às agendas politico-partidários, esbanjando recursos em projectos e iniciativas, cujo único objectivo parece ser "distribuir o mal pelas aldeias".

Os meios, nomeadamente os financeiros são - em Portugal -, sempre escassos, mas não podemos imputar a eles, ou à sua eventual falta, a responsabilidade pelo pior que existe em matéria de equipamentos desportivos no nosso país. Pelo contrário, diria que em alguns casos, os recursos financeiros foram demasiados!

Numa altura, como a actual, em que esses recursos são escassos, chegou a oportunidade para uma efectiva mudança de actuação da Administração Pública:

Estabelecer politicas, estratégias e objectivos;

Definir e articular níveis de responsabilidade e intervenção:

Administração Central;

Administração Local:

Regiões Administrativas, na sua ausência: Áreas Metropolitanas,
Comunidades Urbanas e Comunidades Intermunicipais;

Municípios;

Freguesias.

Administração Municipal.

Implementar programas integrados e flexíveis de financiamento;

Enunciar critérios objectivos de avaliação de planos e projectos.

Avaliar, com recurso a auditorias externas, não só a execução financeira e material das obras, mas principalmente, a adequação entre os objectivos e os projectos executados.

Divulgar publicamente as entidades financiadas, os montantes e o resultado da avaliação.

Este modelo de intervenção, só por si, não resolve os problemas relacionados com os Equipamentos Desportivos e o território, mas poderá associado a outras medidas, representar um salto qualitativo na intervenção do Estado nesta matéria.